

NORMALIDADE POLÍTICA NAS QUEBRADAS TUPINIQUINS

Bolsonaro é a figura pública mais popular da sexta República brasileira e, de forma emblemática, ilustra a crise de legitimidade que as instituições brasileiras atravessam.

Jair Bolsonaro foi carinhosamente apelidado de mito por seus eleitores mais identificados, justamente porque o então parlamentar defendia políticas e valores com os quais o povo brasileiro se identifica — valores ausentes no debate público por meio da supressão do establishment brasileiro, fiel aliado das forças políticas, instituições e agentes do projeto de sociedade aberta.

O apelido de mito veio muito mais pelo desconforto causado, em ambientes dominados pelo “beautiful people”, pela postura e opinião do capitão, do que por qualquer outro motivo.

Os espaços públicos onde eram debatidos certo e errado, polêmico ou pedagógico, bom ou mal eram ocupados exclusivamente pelas elites cosmopolitas acometidas por uma fortíssima síndrome de DCE — doença mental que acomete elites abastadas que pensam poder resolver os problemas do mundo com filmes franceses muito chatos, expressões “culturais” da máfia do dendê, direitos fundamentais de quarta geração e renda universal.

Seria impossível manter o debate público sob controle sem a hegemonia do poder institucional, conquistada pelo PT por meio de uma ascensão aliada ao narcotráfico latino-americano.

O tucanato fingia ser oposição às ideias, valores, projetos, agenda e roubalheira do PT. Mas sempre foi o braço radical do projeto de sociedade aberta, aliado histórico e fiel dos globalistas.

No Brasil da década passada, a política nacional era dominada por uma esquerda fabiana e uma esquerda bolivariana.

A esquerda fabiana, com uma agenda de burocratização total da vida humana, oferecia renda universal, direitos para minorias e regulamentação das relações sociais, enquanto a esquerda bolivariana buscava a lumpemproletarização do povo brasileiro, laxismo penal para bandidos e perseguição de cidadãos comuns que não aderissem ou colaborassem com a revolução petista.

É nesse Brasil que Bolsonaro ousou ser a verdadeira oposição: mesmo que de forma caótica e sem um projeto nacional integral, a promessa de um freio de arrumação no exercício do poder do Estado, redução da burocracia para melhorar o ambiente produtivo e combate real à criminalidade foi liderada por ele. Esse é o motivo — jamais mencionado pela grande mídia — de sua popularidade e poder de mobilização.

Se o fato político é que Bolsonaro chegou à presidência e liderou um movimento popular nacional porque era a verdadeira oposição, identificada com os valores do cidadão comum, é preciso admitir que o estado de exceção instaurado para combater Bolsonaro e seus apoiadores é também uma luta para excluir representantes identificados com esses valores.

Portanto, o estado de exceção que possibilitou a perseguição a Bolsonaro e ao seu movimento político não é em nada democrático e não pode salvar qualquer aspecto da democracia, quem dirá ela em sua totalidade.

Mesmo assim, a grande mídia já discute um “retorno à normalidade”, em que os poderes do Supremo seriam reduzidos e o estado de exceção, suspenso.

É preciso avisar aos habitantes das quebradas tupiniquins: a democracia não foi salva, e o estado de exceção é o paradigma de governo. Não haverá retorno à velha normalidade.

- **Bolsonaro encarna a crise de legitimidade institucional**, cujo “mito” nasce do choque com as elites que controlavam o debate público e seus códigos de prestígio.
- **Hegemonia política e cultural na década passada**, com PT e tucanato orbitando o projeto de “sociedade aberta” e comprimindo a direita a um lugar de criminalização e silenciamento.
- **O estado de exceção como instrumento para excluir a oposição** identificada com valores populares, tornando ilusório o discurso de “retorno à normalidade” e revelando a exceção como paradigma de governo.

